**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**
**Estado de São Paulo**

**Ofício nº. 383/2016-GAP**

Paraguaçu Paulista-SP, 6 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
**Miguel Canizares Júnior**
Presidente da Câmara Municipal
Palácio Legislativo Água Grande
Rua Guerino Matheus, 205 Centro
19700-000 Paraguaçu Paulista-SP

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº. 083 /2016.**

Senhor Presidente:

Encaminhamos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei, que *"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar a Diversos Departamentos, para manutenção de Diretorias, UBS, Central de Regulação e Limpeza Pública"*, e a respectiva justificativa.

Considerando que tal autorização deve ser viabilizada com **máxima urgência**, sugerimos a Vossa Excelência, se possível for, que a propositura supracitada seja apreciada em **sessão extraordinária**.

Certos da atenção de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores, registramos nossos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**
**Prefeito Municipal**

ETQ/DRVS/ammm
OF

Câm. Paraguaçu Paulista
Protocolo 448 Data/Hora 06/07/2016 15:03:18
Responsável: GAP

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**
**Estado de São Paulo**

**JUSTIFICATIVA**
Projeto de Lei nº. 083, de 6 de julho de 2016.

**Senhor Presidente e Nobres Vereadores:**

Encaminhamos para a apreciação e deliberação dessa egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei, que "Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar a Diversos Departamentos, para manutenção de Diretorias, UBS, Central de Regulação e Limpeza Pública".

Este Executivo enviou, no prazo legal, o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016, protocolizado na Câmara Municipal no dia 30 de setembro de 2015, recebendo a numeração 038/2015.

O Projeto de Lei nº 038/2015 tramitou regularmente na Câmara Municipal, sendo incluído na pauta, discutido e votado em primeiro turno na 60ª (sexagésima) sessão ordinária de 7 de dezembro de 2015. Presentes os 13 (treze) Vereadores, o projeto de lei foi aprovado por 10 (dez) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários.

A apreciação em segundo turno de discussão e votação ocorreu apenas no dia 18 de dezembro de 2015, na 41ª Sessão Extraordinária. Naquela oportunidade, mesmo não havendo quorum regimental, estavam presentes apenas 12 (doze) Vereadores, o projeto de lei foi apreciado e votado, não obtendo a maioria absoluta dos votos (7), recebendo apenas 6 (seis) votos favoráveis e 5 (cinco) votos contrários, rejeitado por falta de quorum e arquivado nessa Casa Legislativa.

Este Executivo tomou ciência do arquivamento do Projeto de Lei nº 038/2015 no dia 23 de dezembro de 2015. Com a proximidade do encerramento do exercício de 2015 e tendo ciência que, ao ter sido aprovado pela maioria absoluta dos votos em primeira votação em 7 de dezembro de 2015, e embora a lei não tenha recebido os votos do quorum regimental no segundo turno de apreciação, mas teve mais votos favoráveis que contrários (6 x 5), e desprovido de dolo ou má fé e zelando pela continuidade dos serviços públicos, este Executivo deliberou por SANCIONAR e PROMULGAR a Lei Municipal nº 2.975, em 23 de dezembro de 2015, publicada em 30 de dezembro de 2015, transformando o projeto de lei original (PL nº 038/2015) no Orçamento para o exercício financeiro de 2016.

Desde o início do ano, o orçamento promulgado pela Lei Municipal nº 2.975/2015 vem sendo executado pelo Executivo e o Legislativo, pautando-se pelo empenhamento da despesa estritamente aos valores efetivamente arrecadados.

A Mesa Diretora dessa Câmara Municipal, no cumprimento de suas funções, ingressou com uma ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade), com pedido de liminar, para declarar inconstitucional a Lei Municipal nº 2.975/2015, ação esta que logrou êxito, conforme decisão proferida nos autos do Processo nº 2052452-94.2016.8.26.0000, folhas 331-332.

A concessão da liminar foi comunicada a este Executivo na tarde do dia 28 de março de 2016, e suspendeu a validade da Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº 2.975/2015), com efeitos ***ex nunc*** (desde agora) até o julgamento daquela ação, ficando dessa forma este Chefe do Executivo impedido de realizar despesas à qualquer título.

Embora exista a permissão na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (LDO 2016), Lei Municipal nº 2.949, de 13 de julho de 2015, de execução da programação na proporção de um doze avos do total da despesa orçada, esta somente é admitida no caso de não devolução do projeto de lei orçamentária para sanção até o encerramento da sessão legislativa passada, sendo que declarada inconstitucional a Lei nº 2.975/2015, esta não mais existe no mundo jurídico.

Com a decisão judicial, o Município NÃO POSSUI MAIS ORÇAMENTO. Não obstante as providências de contestação judicial da supracitada decisão, a máquina administrativa não pode parar e as demandas da população precisam ser atendidas, sob risco de colapso nos serviços públicos municipais. Por isso, apresentamos a presente propositura para a abertura do crédito adicional respectivo e solicitamos o apoio dos Nobres Vereadores na análise e aprovação.

O crédito adicional suplementar no valor global de R$ 98.840,00 (noventa e oito mil oitocentos e quarenta reais), conforme classificação constante do Anexo I desta propositura, será aberto ao Departamento de Administração e Finanças, Departamento de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Turismo, Departamento de Esportes e Lazer, Departamento de Saúde, Departamento de Assistência Social e Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais, para manutenção das seguintes atividades:

I - Atividade 2012 – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

II - Atividade 2022 – Manutenção da Diretoria de Agricultura e Abastecimento, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

III - Atividade 2057 – Manutenção da Diretoria de Turismo, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

IV - Atividade 2060 – Manutenção da Diretoria de Esportes e Lazer, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

V - Atividade 2024 – Implementação UBS, para pagamento de despesas com material de consumo;

VI - Atividade 2029 – Central de Regulação do Sistema Média Complexidade, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

VII - Atividade 2064 – Manutenção da Diretoria de Assistência Social, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessóa jurídica;

VIII - Atividade 2050 – Manutenção da Limpeza Pública, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Os recursos necessários à abertura do crédito adicional serão provenientes da anulação parcial ou total de dotações, conforme classificação constante do Anexo II desta propositura.

Nos termos dos artigos 189, inciso II, 193 e 202 do Regimento Interno da Câmara Municipal, solicitamos de Vossa Excelência que submeta a presente propositura ao **REGIME DE URGÊNCIA** de apreciação e votação. Justificamos tal solicitação, em face da **relevância e urgência** da matéria em pauta e a fim de **evitar perda de oportunidade** na implementação de medidas urgentes e necessárias decorrentes desta propositura.

Atenciosamente.

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**
**Prefeito Municipal**

**PROJETO DE LEI Nº. 083, DE 6 DE JULHO DE 2016**

**Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar a Diversos Departamentos, para manutenção de Diretorias, UBS, Central de Regulação e Limpeza Pública.**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

APROVA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Contabilidade Municipal, um crédito adicional suplementar no valor global de R$ 98.840,00 (noventa e oito mil oitocentos e quarenta reais), conforme classificação constante do Anexo I.

Parágrafo único. O crédito adicional suplementar será aberto ao Departamento de Administração e Finanças, Departamento de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Turismo, Departamento de Esportes e Lazer, Departamento de Saúde, Departamento de Assistência Social e Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais, para manutenção das seguintes atividades:

I - Atividade 2012 – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

II - Atividade 2022 – Manutenção da Diretoria de Agricultura e Abastecimento, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

III - Atividade 2057 – Manutenção da Diretoria de Turismo, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

IV - Atividade 2060 – Manutenção da Diretoria de Esportes e Lazer, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

V - Atividade 2024 – Implementação UBS, para pagamento de despesas com material de consumo;

VI - Atividade 2029 – Central de Regulação do Sistema Média Complexidade, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

VII - Atividade 2064 – Manutenção da Diretoria de Assistência Social, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

VIII - Atividade 2050 – Manutenção da Limpeza Pública, para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional serão provenientes da anulação parcial ou total de dotações, conforme classificação constante do Anexo II.

Art. 3º A abertura do crédito adicional é necessária em face da liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que suspendeu a validade da Lei Municipal nº 2.975, de 23 de dezembro de 2015 (LOA 2016).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de julho de 2016.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 6 de julho de 2016.

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**
**Prefeito Municipal**

ETQ/DRVS/ammm
PL

# ANEXO I

02 03 01 DIRETORIA DO DEPARTAMENTO - DEAF

67 04.122.0003.2012.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 24.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 05 01 DEPTO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEAA

141 20.606.0006.2022.0000 MANUTENÇÃO DIRETORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 700,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 01 DEPTO DE TURISMO - DETUR

249 23.695.0015.2057.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TURISMO 2.500,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 09 01 DEPTO DE ESPORTE E LAZER - DEEL

273 27.812.0016.2060.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER 5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 10 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA

309 10.301.0017.2024.0000 IMPLEMENTAÇÃO UBS 30.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
300 115 SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA

362 10.302.0019.2029.0000 CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SISTEMA - MÉDIA COMPLEXIDADE 640,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01 TESOURO
310 000 SAÚDE-GERAL

363 10.302.0019.2029.0000 CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SISTEMA - MÉDIA COMPLEXIDADE 12.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
300 116 SAÚDE - ASSIST.HOSPITALAR/AMBULATORIAL

02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS

435 08.244.0022.2064.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 18.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01 TESOURO
510 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

02 15 01 DEPTO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE

574 15.452.0012.2050.0000 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA 6.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01 TESOURO
110 000 GERAL

TOTAL CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 98.840,00

## ANEXO II

02 03 01 DIRETORIA DO DEPARTAMENTO - DEAF
60 04.122.0003.2012.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -24.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 05 01 DEPTO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEAA
137 20.606.0006.2022.0000 MANUTENÇÃO DIRETORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO -700,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 01 DEPTO DE TURISMO - DETUR
242 23.695.0015.2057.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TURISMO -2.500,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 09 01 DEPTO DE ESPORTE E LAZER - DEEL
269 27.812.0016.2060.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER - 5.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 10 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA
315 10.301.0017.2024.0000 IMPLEMENTAÇÃO UBS -30.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
300 115 SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA

357 10.302.0019.2029.0000 CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SISTEMA - MÉDIA COMPLEXIDADE -640,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL
01 TESOURO
310 000 SAÚDE-GERAL

359 10.302.0019.2029.0000 CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SISTEMA - MÉDIA COMPLEXIDADE -12.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
300 116 SAÚDE - ASSIST.HOSPITALAR/AMBULATORIAL

02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS
434 08.244.0022.2064.0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 18.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
01 TESOURO
510 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

02 15 01 DEPTO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE
572 15.452.0012.2050.0000 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA -6.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
01 TESOURO
110 000 GERAL

TOTAL ANULAÇÕES R$ -98.840,00

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
SJ 6.1 - Serv. de Proces. do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 01018-010 -

## CERTIDÃO

| | |
|---|---|
| Processo nº: | **2052452-94.2016.8.26.0000** |
| Classe – Assunto: | **Direta de Inconstitucionalidade - Atos Administrativos** |
| Autor: | **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista** |
| Réu: | **Prefeito do Município de Paraguaçu Paulista** |
| Relator(a): | **Evaristo dos Santos** |
| Órgão Julgador: | **Órgão Especial** |

Certifico que na presente data foi efetuada a transmissão via ***fac-símile*** do inteiro teor do r.despacho de fls. 331/332. Certifico, ainda, que foi confirmada a recepção legível, de três folhas, pelo(a) funcionário(a) Sr.(a) Luciana da Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista.

São Paulo, 28 de março de 2016

*Brigitte Cavagliano* - mat. M814414
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento foi liberado nos autos em 28/03/2016 às 15:32, é cópia do original assinado digitalmente por BRIGITTE LOURDES GEIGER MAREK CAVAGLIANO.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 2052452-94.2016.8.26.0000 e código 26B5253.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ADIn nº 2.052.452-94.2016.8.26.0000 – São Paulo
Autor: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA
Réu: PREFEITO MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA
(Lei nº 2.975/15)

Vistos, etc.

**1.** Trata-se de **ação direta de inconstitucionalidade** da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista tendo por objeto a **Lei Municipal nº 2.975/15**, de **23.12.15** (fls. 19/24), que "*... estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para o exercício financeiro de 2016*".

Sustentou, em resumo, a inconstitucionalidade da norma. A Câmara Municipal rejeitou o PL 38/15, uma vez não obtida aprovação da maioria absoluta dos vereadores no segundo turno de votação, arquivando-o. O Prefeito Municipal promulgou a Lei nº 2.975/15, a despeito da rejeição e do arquivamento. Aprovação é ato imperfeito. PL deveria ter sido reapresentado pelo Prefeito. Configurada violação à autonomia e separação de Poderes. Havendo a rejeição do projeto de lei orçamentária anual, poderão ser utilizados créditos especiais e suplementares. Configurada violação aos arts. 5º, 19 e 175, §§ 4º e 5º, da Constituição Estadual; arts. 2º e 166, §8º, da Constituição Federal, além de preceitos da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 2.949/2015. Daí a suspensão liminar e a declaração de inconstitucionalidade (fls. 01/16).

**2.** Em face da natureza da pretensão e à luz dos elementos existentes nos autos, em perfunctório exame como próprio ao momento processual, vislumbro **presentes** os pressupostos legais (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.868/99) **(a)** – ***fumus boni iuris*** – aparente violação à separação de Poderes, dada a promulgação (fls. 19/24) da lei orçamentária anual pelo Prefeito a despeito da rejeição (fls. 324/325) do projeto pela Câmara Municipal; e **(b)** – ***periculum in mora*** – possível prejuízo à Municipalidade decorrente da execução de orçamento não aprovado pelo Poder Legislativo local. Destarte, **concedo** a **liminar** para **suspender a validade** (cf. **GILMAR FERREIRA MENDES** – "Controle Abstrato de Constitucionalidade: ADI, ADC e ADO – comentários à Lei n. 9.868/99" – Ed. Saraiva – 2012 – p. 328) da **Lei Municipal nº 2.975/15**, de **23.12.15** (fls. 19/24), ***ex nunc***, até o julgamento desta ação. **Oficie-se**.

Solução não inviabiliza governabilidade, embora a possa dificultar. Abrem-se alternativas lançadas em doutrina (***v.g.*** – **REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA** – "Curso de Direito Financeiro" – ed. Revista dos Tribunais – 2008 – p. 351/352) e jurisprudência (ARg nº 990.10.016908-4/50000 – j. de 28.04.10 – Rel. Des. **CAUDURO PADIN**).



Este documento foi liberado nos autos em 23/03/2016 às 16:05, é cópia do original assinado digitalmente por GETULIO EVARISTO DOS SANTOS NETO.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 2052452-94.2016.8.26.0000 e código 2687392.



**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**3.** **Cite-se** o douto Procurador-Geral do Estado para, querendo, contestar a ação, no prazo legal.

**4.** **Solicitem-se** informações ao Prefeito Municipal de Paraguaçu Paulista.

**5.** Após, à douta **Procuradoria de Justiça**. **Int.**

**São Paulo, 23 de março de 2016.**

**EVARISTO DOS SANTOS**
**Relator**
**(assinado eletronicamente)**



Este documento foi liberado nos autos em 23/03/2016 às 16:05, é cópia do original assinado digitalmente por GETULIO EVARISTO DOS SANTOS NETO.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 2052452-94.2016.8.26.0000 e código 2687392.

# LEI Nº. 2.975, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015
**Autoria do Projeto: Sr. Prefeito Municipal**

**Estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para o exercício financeiro de 2016.**

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **NÃO APROVOU** o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2016, porém, ele **PROMULGA** a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, para o exercício financeiro de 2016, em R$ 144.987.435,28 (cento e quarenta e quatro milhões novecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos).

## CAPÍTULO II - DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

### Seção I - Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda, contribuições e outras receitas correntes e de capital, nos termos da legislação vigente, e das especificações constantes no Anexo 2 da Lei Federal nº. 4.320, 17 de março de 1964, com o seguinte desdobramento:

| TITULO | NOMECLATURA | ADM DIRETA | ADM INDIRETA | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 1100 | Receita Tributária | 17.286.500,00 | 0,00 | 17.286.500,00 |
| 1200 | Receita de Contribuição | 1.691.900,00 | 4.324.000,00 | 6.015.900,00 |
| 1300 | Receita Patrimonial | 823.350,00 | 7.720.000,00 | 8.543.350,00 |
| 1600 | Receita de Serviços | 649.070,00 | 0,00 | 649.070,00 |
| 1700 | Transferências Correntes | 106.296.875,28 | 0,00 | 106.296.875,28 |
| 1900 | Outras Receitas Correntes | 5.818.900,00 | 815.000,00 | 6.633.900,00 |
| | Dedução FUNDEB(-) | -12.905.160,00 | 0,00 | -12.905.160,00 |
| 7210 | Rec. Intra-orçamentária | 0,00 | 12.467.000,00 | 12.467.000,00 |
| | **TOTAL DA RECEITAS CORRENTES** | 119.661.435,28 | 25.326.000,00 | 144.987.435,28 |
| 2100 | Operação de Créditos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2200 | Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2400 | Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | **TOTAL DA RECEITAS CAPITAL** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| | **TOTAL Geral** | 119.661.435,28 | 25.326.000,00 | 144.987.435,28 |

## Seção II - Da Fixação da Despesa

Art. 3º A Despesa total fixada é de R$ 144.987.435,28 (cento e quarenta e quatro milhões novecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), distribuídas entre os órgãos orçamentários, conforme o art. 4º desta Lei.

## Seção III - Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 4º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas do Trabalho Natureza da Despesa, que apresenta o seguinte desdobramento:

| | | |
|---|---|---|
| **01 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO** | | **144.987.435,28** |
| 1 | Legislativa | 3.000.000,00 |
| 2 | Judiciária | 527.470,00 |
| 4 | Administração | 13.005.525,13 |
| 6 | Segurança Pública | 649.604,00 |
| 8 | Assistência Social | 4.388.548,28 |
| 9 | Previdência Social | 10.864.000,00 |
| 10 | Saúde | 32.493.347,48 |
| 12 | Educação | 37.604.435,39 |
| 13 | Cultura | 947.100,00 |
| 15 | Urbanismo | 9.190.455,00 |
| 16 | Habitação | 10.000,00 |
| 18 | Gestão Ambiental | 767.600,00 |
| 20 | Agricultura | 928.200,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | 3.171.000,00 |
| 26 | Transporte | 1.602.450,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 1.377.400,00 |
| 28 | Encargos Gerais | 7.487.300,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | 16.973.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **02 - POR SUBFUNÇÕES** | | **144.987.435,28** |
| 31 | Ação Legislativa | 3.000.000,00 |
| 61 | Ação Judiciária | 527.470,00 |
| 122 | Administração Geral | 16.088.525,13 |
| 124 | Controle Interno | 55.500,00 |
| 125 | Normatização e Fiscalização | 417.500,00 |
| 181 | Policiamento | 614.604,00 |
| 182 | Defesa Civil | 35.000,00 |
| 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 52.500,00 |
| 244 | Assistência Comunitária | 4.336.048,28 |
| 272 | Previdência do Regime Estatutário | 10.864.000,00 |
| 301 | Atenção Básica | 11.034.985,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 302 | Assistência Hospital e Ambulatorial | 14.397.657,48 |
| 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 1.971.805,00 |
| 304 | Vigilância Sanitária | 439.650,00 |
| 305 | Vigilância Epidemiológica | 1.093.250,00 |
| 306 | Alimentação e Nutrição | 1.833.500,00 |
| 361 | Ensino Fundamental | 21.420.308,39 |
| 365 | Educação Infantil | 14.350.627,00 |
| 392 | Difusão Cultura | 947.100,00 |
| 451 | Infraestrutura Urbana | 920.000,00 |
| 452 | Serviços Urbanos | 8.753.455,00 |
| 482 | Habitação e Urbanismo | 10.000,00 |
| 542 | Controle Ambiental | 284.600,00 |
| 606 | Extensão Rural | 928.200,00 |
| 695 | Turismo | 3.171.000,00 |
| 791 | Transporte Aéreo | 10.000,00 |
| 782 | Transporte Rodoviário | 1.592.450,00 |
| 812 | Desporto Comunitário | 1.377.400,00 |
| 843 | Serviço da Divida Interna | 3.837.000,00 |
| 846 | Outros Encargos Especiais | 3.650.300,00 |
| 997 | Reserva de Contingência - RPPS | 14.886.000,00 |
| 999 | Reserva de Contingência | 2.087.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **03 - Por Elemento** | | **144.987.435,28** |
| 3.1.90.01 | Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas | 5.146.000,00 |
| 3.1.90.03 | Pensões | 1.528.000,00 |
| 3.1.90.04 | Contratação Pro Tempo Determinado | 386.100,00 |
| 3.1.90.05 | Outros Serviços Previdenciários | 2.250.000,00 |
| 3.1.90.11 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 43.227.920,25 |
| 3.1.90.13 | Obrigações Patronais | 2.043.405,00 |
| 3.1.90.91 | Sentenças Judiciais | 25.000,00 |
| 3.1.90.96 | Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado | 1.535.000,00 |
| 3.1.91.13 | Obrigações Patronais – Intra-Orçamentária | 6.450.000,00 |
| 3.2.90.21 | Juros Sobre a Dívida por Contrato | 60.000,00 |
| 3.2.90.91 | Sentenças Judiciais | 2.650.000,00 |
| 3.3.20.01 | Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas | 720.000,00 |
| 3.3.20.03 | Pensões | 80.000,00 |
| 3.3.50.41 | Contribuições | 55.000,00 |
| 3.3.50.43 | Subvenção Sociais | 1.627.025,28 |
| 3.3.71.70 | Rateio Pela Participação em Consórcio Públicos | 1.114.176,95 |
| 3.3.90.14 | Diárias - Pessoa Civil | 457.650,00 |
| 3.3.90.18 | Auxílio Financeiro a Estudantes | 502.000,00 |
| 3.3.90.30 | Material de Consumo | 8.299.192,00 |
| 3.3.90.31 | Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas | 51.000,00 |
| 3.3.90.32 | Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita | 5.029.750,00 |
| 3.3.90.33 | Passagem e Despesa de Locomoção | 118.200,00 |
| 3.3.90.35 | Serviços de Consultoria | 150.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 3.3.90.36 | Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física | 1.902.983,19 |
| 3.3.90.39 | Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica | 29.060.811,72 |
| 3.3.90.47 | Obrigações Tributárias e Contributivas | 1.068.300,00 |
| 3.3.90.48 | Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física | 38.200,00 |
| 3.3.90.91 | Sentenças Judiciais | 5.000,00 |
| 3.3.90.92 | Despesa de Exercícios Anteriores | 14.720,89 |
| 3.3.91.97 | Aporte para Cobertura do Deficit Atuarial do RPPS | 3.905.000,00 |
| 4.4.90.39 | Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica | 120.000,00 |
| 4.4.90.51 | Obras e Instalações | 2.816.000,00 |
| 4.4.90.52 | Equipamentos e Material Permanente | 1.511.000,00 |
| 4.4.90.61 | Aquisição de Imóveis | 100.000,00 |
| 4.6.90.71 | Principal da Dívida Contratual Resgatada | 1.855.000,00 |
| 4.6.91.71 | Principal da Dívida Contratual Resgatada - Intra-Orçamentária | 2.112.000,00 |
| 9.9.99.99 | Reserva de Contingência | 16.973.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **04 - Por Categorias Econômicas** | | **144.987.435,28** |
| 3 | Despesa Corrente | 119.500.435,28 |
| 4 | Despesa de Capital | 8.514.000,00 |
| 9 | Reserva de Contigência | 16.973.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **05 - Por Órgão de Administração** | | **144.987.435,28** |
| | Administração Direta | 119.237.435,28 |
| | | |
| | Poder Legislativo | |
| 1 | Câmara Municipal | 3.000.000,00 |
| | | |
| | Poder Executivo | 116.237.435,28 |
| 2 | Gabinete do Prefeito e Dependências | 3.818.206,49 |
| 3 | Depto de Administração e Finanças | 4.803.420,89 |
| 4 | Depto de Obras e Serviços Públicos | 7.995.327,50 |
| 5 | Depto de Agricultura e Abastecimento | 971.200,00 |
| 6 | Depto de Educação | 37.604.435,39 |
| 7 | Depto de Cultura | 947.100,00 |
| 8 | Depto de Turismo | 3.171.000,00 |
| 9 | Depto de Esporte e Lazer | 1.377.400,00 |
| 10 | Depto de Saúde | 32.493.347,48 |
| 11 | Depto de Assistência Social | 4.388.548,28 |
| 12 | Depto de Segurança, Trânsito e Transporte | 1.264.829,00 |
| 13 | Depto de Assuntos Jurídicos | 527.470,00 |
| 14 | Encargos Gerais do Municipio | 11.395.300,00 |
| 15 | Depto de Meio Ambiente e Projetos Especiais | 4.499.550,00 |
| 16 | Depto de Planejamento | 409.800,00 |
| 17 | Depto de Indústria, Comércio e Serviços | 233.500,25 |
| 18 | Depto de Recursos Humanos | 164.500,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 19 | Depto de Urbanismo e Habitação | 172.500,00 |
| | | |
| | Administração Indireta | 25.750.000,00 |
| 1 | Inst. Munic. de Seguridade Social | 25.750.000,00 |

**Seção IV - Da Autorização para Abertura e Operações de Crédito**

Art. 5º Fica o Poder Executivo, respeitadas as prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº. 4.320, 17 de março de 1964, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizado a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido na legislação vigente e aplicável à espécie;

II - realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação vigente;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 6% (seis por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - realizar, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa inicialmente fixada, transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro.

§ 1º Não onerarão o limite previsto no inciso III deste artigo, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes e precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

§ 2º A autorização, conforme previsto no inciso III deste artigo, aplica-se também ao Poder Legislativo, desde que os recursos para sua abertura sejam provenientes da anulação de suas próprias dotações.

**CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 6º A utilização das dotações com origem de recursos de convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - utilizar os recursos vinculados à conta Reserva de Contingência, nas situações previstas no art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal; art. 8º, da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001; e art. 7º da Lei Municipal nº 2.949, de 13 de julho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016;

II - contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação e saneamento, respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente;

III - conceder auxílios e subvenções até o limite de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida estimada, consoantes disposições da Lei Municipal nº 2.949, de 13 de julho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, e da legislação pertinente.

Art. 8º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 23 de dezembro de 2015.

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**
**Prefeito Municipal**

**REGISTRADA** nesta Secretaria em livro próprio, na data supra e **PUBLICADA** por Edital afixado em lugar público de costume.

**MARCELO LUIZ DO NASCIMENTO**
**Chefe de Gabinete**

Projeto de Lei: (X)PL ( )PLC ( )PEMLOM nº 038 / 15
Protocolo na Câmara: 20.548 Data: 30 / 09 / 15
Autógrafo: - / - Data de Aprovação: - / - / -
Publicação: Folha da Estância Data: 30 / 12 / 2015 Edição: 2288
Visto do servidor responsável: Rio

# Projeto de Lei 38/2015

pdf

**Identificação Básica**

**Tipo:** PLO - Projeto de Lei

**Número:** 38/2015

**Data:** 30/09/2015

**Outras Numerações:** Protocolo 20548/2015

**Ementa:** ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

**Autor:** Prefeito Municipal

**Texto Integral:**

**Normas Jurídicas Vinculadas**

Lei Ordinaria **2975/2015**

**Outras Informações**

**Em Tramitação?** Não **Matéria Polêmica? Regime Tramitação:** Ordinária

**Documentos Acessórios**

**Nome:** Parecer nº 032/15 **Tipo:** Parecer **Data:** 26/11/2015
**Autor:** Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade

**Tramitação**

**Data:** 30/12/2015

**Origem:** Executivo Municipal

**Destino:** Departamento Legislativo

**Situação:** Arquivado

**Última Ação:** Lei Municipal correspondente foi promulgada pelo Executivo em 30/12/2015.

**Data:** 18/12/2015

**Origem:** Plenário

**Destino:** Departamento Legislativo

**Turno:** Segundo

**Situação:** Rejeitado

**Última Ação:** Rejeitado em 2º turno por falta de quórum de maioria absoluta, tendo recebido 6 votos favoráveis x 5 votos contrários, uma ausência, na 41ª Sessão Extraordinária. Arquive-se.

**Data:** 17/12/2015

**Origem:** Departamento Legislativo

**Destino:** Plenário

**Turno:** Segundo

**Situação:** Incluído na pauta da Ordem do Dia

**Última Ação:** Incluso na pauta da 41ª Sessão Extraordinária de 18/12/2015.

**Data:** 07/12/2015

**Origem:** Plenário

**Destino:** Departamento Legislativo

**Turno:** Primeiro

**Situação:** Aprovado

**Última Ação:** Aprovado em 1º turno por 10 votos favoráveis x 2 votos contrários. À próxima Sessão Plenária para apreciação em 2º turno.

**Data:** 04/12/2015

**Origem:** Departamento Legislativo

**Destino:** Plenário

**Turno:** Primeiro

**Situação:** Incluído na pauta da Ordem do Dia

**Última Ação:** Incluso na pauta da Ordem do Dia da 60ª Sessão Ordinária de 07/12/2015, para deliberação em 1º turno.

**Data:** 28/11/2015

**Origem:** Departamento Legislativo

**Destino:** Departamento Legislativo

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Em atenção ao §2º do art. 274 do RI, foi publicado para ciência da população, comunicado da Presidência sobre teor do Parecer da COFC e da Emenda apresentada.

**Data:** 26/11/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Departamento Legislativo

**Situação:** Parecer Protocolizado

**Última Ação:** COFC emitiu parecer favorável ao Projeto, rejeitando, na forma regimental, a Emenda Modificativa nº 005/15 apresentada pelos Vereadores. Finalizado.

**Data:** 17/11/2015

**Origem:** Gabinete da Presidência

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Presidência encaminhou à COFC as informações recebidas do Executivo. Prazo da Comissão volta a fluir a partir de 18/11/2015.

**Data:** 13/11/2015

**Origem:** Executivo Municipal

**Destino:** Gabinete da Presidência

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Sr. Prefeito encaminhou ofício com as informações solicitadas pela COFC.

**Data:** 04/11/2015

**Origem:** Gabinete da Presidência

**Destino:** Executivo Municipal

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Presidência oficiou ao Sr. Prefeito requisitando as informações necessárias. Prazo da COFC suspenso até o recebimento da resposta.

**Data:** 29/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Gabinete da Presidência

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Nos termos do art. 100 do Regimento Interno, a COFC solicitou informações complementares ao Sr. Prefeito Municipal para análise do projeto.

**Data:** 26/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Aguardando Parecer

**Última Ação:** Aguardando análise e parecer da COFC.

**Data:** 23/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** COFC recebeu, no último dia destinado a essa finalidade, uma (1) Emenda de autoria dos Vereadores, a qual será apreciada pela Comissão.

**Data:** 22/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Audiência Pública realizada em 22/10/2015, às 15h30min, no Plenário da Câmara.

**Data:** 20/10/2015

**Origem:** Departamento Adm. e Financeiro

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Parecer Protocolizado

**Última Ação:** Finalizado o parecer da Diretoria de Administração e Finanças.

**Data:** 17/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Edital de convocação de Audiência Pública publicado no Jornal "A Semana".

**Data:** 14/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** COFC expediu Edital convocando a população para Audiência Pública a ser realizada no dia 21/10/2015, às 15h30min.

**Data:** 13/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Departamento Adm. e Financeiro

**Situação:** Aguardando Parecer

**Última Ação:** COFC encaminha projeto ao Departamento Administrativo e Financeiro para análise e parecer.

**Data:** 13/10/2015

**Origem:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Destino:** Procuradoria Jurídica

**Situação:** Aguardando Parecer

**Última Ação:** COFC encaminha projeto à Procuradoria Jurídica para análise e parecer.

**Data:** 13/10/2015

**Origem:** Gabinete da Presidência

**Destino:** Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Presidência encaminha projeto à COFC, responsável pelo recebimento de Emendas.

**Data:** 10/10/2015

**Origem:** Gabinete da Presidência

**Destino:** Gabinete da Presidência

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Comunicado sobre recebimento e prazo de Emendas, bem como, o texto do projeto foram publicados no Jornal "A Semana", edição de 10/10/2015.

**Data:** 06/10/2015

**Origem:** Plenário

**Destino:** Gabinete da Presidência

**Situação:** Em Tramitação Regimental

**Última Ação:** Presidência expede comunicado à população informando prazo de Emendas no período de 14 a 23/10/2015.

**Data:** 05/10/2015

**Origem:** Departamento Legislativo

**Destino:** Plenário

**Situação:** Apresentado no Plenário

**Última Ação:** Na 56ª Sessão Ordinária o Plenário foi cientificado sobre o recebimento do projeto, ocasião em que os Vereadores receberam as respectivas cópias reprográficas.

**Data:** 30/09/2015

**Origem:** Departamento Legislativo

**Destino:** Departamento Legislativo

**Situação:** Protocolizado na Secretaria

**Última Ação:** Aguardando ciência ao Plenário.

retornar

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**
**Estado de São Paulo**

**Ofício nº. 446/2015-GAP**

Paraguaçu Paulista-SP, 29 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
**Miguel Canizares Júnior**
Presidente da Câmara Municipal
Paraguaçu Paulista - SP

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº. 088 /2015 (Lei Orçamentária Anual).**

Senhor Presidente:

Encaminhamos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei, que *"Estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para o exercício financeiro de 2016"*, e a respectiva Mensagem deste Executivo.

Certos da atenção de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores, registramos nossos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**
**Prefeito Municipal**

ETQ/ammm
OF

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo 20.548 Data/Hora 30/09/2015 09:38:00
Responsável:

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**
**Estado de São Paulo**

**MENSAGEM DO EXECUTIVO**
Projeto de Lei nº. 038, de 29 de setembro de 2015.

**Senhor Presidente e Nobres Vereadores:**

Submetemos por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa egrégia Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei Orçamentária Anual, que "**Estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para o exercício financeiro de 2016**", em cumprimento ao disposto no artigo 165 da Constituição Federal, no artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei Federal nº. 4.320, 17 de março de 1964, discutido em audiência pública durante o processo de elaboração.

Observa-se que a presente proposta orçamentária para o próximo exercício foi elaborada de acordo com os programas de Governo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e as exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo assim o princípio do equilíbrio orçamentário, princípio fundamental das finanças públicas, bem como as alterações na codificação das receitas e despesas, conforme normas vigentes.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre o Executivo e o Legislativo, é que submetemos a Vossa Excelência a proposta orçamentária em questão, lembrando que a mesma deverá ser devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa ordinária, consoante as disposições do artigo 29, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e aos Membros dessa egrégia Casa de Leis os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**
**Prefeito Municipal**

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**
**Estado de São Paulo**

# PROJETO DE LEI Nº. 038, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

**Estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para o exercício financeiro de 2016.**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA APROVA:

## CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, para o exercício financeiro de 2016, em R$ 144.987.435,28 (cento e quarenta e quatro milhões novecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos).

## CAPÍTULO II - DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

### Seção I - Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda, contribuições e outras receitas correntes e de capital, nos termos da legislação vigente, e das especificações constantes no Anexo 2 da Lei Federal nº. 4.320, 17 de março de 1964, com o seguinte desdobramento:

| TITULO | NOMECLATURA | ADM DIRETA | ADM INDIRETA | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 1100 | Receita Tributária | 17.286.500,00 | 0,00 | 17.286.500,00 |
| 1200 | Receita de Contribuição | 1.691.900,00 | 4.324.000,00 | 6.015.900,00 |
| 1300 | Receita Patrimonial | 823.350,00 | 7.720.000,00 | 8.543.350,00 |
| 1600 | Receita de Serviços | 649.070,00 | 0,00 | 649.070,00 |
| 1700 | Transferências Correntes | 106.296.875,28 | 0,00 | 106.296.875,28 |
| 1900 | Outras Receitas Correntes | 5.818.900,00 | 815.000,00 | 6.633.900,00 |
| | Dedução FUNDEB(-) | -12.905.160,00 | 0,00 | -12.905.160,00 |
| 7210 | Rec. Intra-orçamentária | 0,00 | 12.467.000,00 | 12.467.000,00 |
| | **TOTAL DA RECEITAS CORRENTES** | 119.661.435,28 | 25.326.000,00 | 144.987.435,28 |
| 2100 | Operação de Créditos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2200 | Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2400 | Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | **TOTAL DA RECEITAS CAPITAL** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| | **TOTAL Geral** | 119.661.435,28 | 25.326.000,00 | 144.987.435,28 |

CM Paraguaçu Paulista



Protocolo 20548 Data/Hora 30/09/2015 09:38:00
Responsável

## Seção II - Da Fixação da Despesa

Art. 3º A Despesa total fixada é de R$ 144.987.435,28 (cento e quarenta e quatro milhões novecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), distribuídas entre os órgãos orçamentários, conforme o art. 4º desta Lei.

## Seção III - Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 4º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas do Trabalho Natureza da Despesa, que apresenta o seguinte desdobramento:

| | | |
|---|---|---|
| **01 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO** | | **144.987.435,28** |
| 1 | Legislativa | 3.000.000,00 |
| 2 | Judiciária | 527.470,00 |
| 4 | Administração | 13.005.525,13 |
| 6 | Segurança Pública | 649.604,00 |
| 8 | Assistência Social | 4.388.548,28 |
| 9 | Previdência Social | 10.864.000,00 |
| 10 | Saúde | 32.493.347,48 |
| 12 | Educação | 37.604.435,39 |
| 13 | Cultura | 947.100,00 |
| 15 | Urbanismo | 9.190.455,00 |
| 16 | Habitação | 10.000,00 |
| 18 | Gestão Ambiental | 767.600,00 |
| 20 | Agricultura | 928.200,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | 3.171.000,00 |
| 26 | Transporte | 1.602.450,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 1.377.400,00 |
| 28 | Encargos Gerais | 7.487.300,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | 16.973.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **02 - POR SUBFUNÇÕES** | | **144.987.435,28** |
| 31 | Ação Legislativa | 3.000.000,00 |
| 61 | Ação Judiciária | 527.470,00 |
| 122 | Administração Geral | 16.088.525,13 |
| 124 | Controle Interno | 55.500,00 |
| 125 | Normatização e Fiscalização | 417.500,00 |
| 181 | Policiamento | 614.604,00 |
| 182 | Defesa Civil | 35.000,00 |
| 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 52.500,00 |
| 244 | Assistência Comunitária | 4.336.048,28 |
| 272 | Previdência do Regime Estatutário | 10.864.000,00 |
| 301 | Atenção Básica | 11.034.985,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 302 | Assistência Hospital e Ambulatorial | 14.397.657,48 |
| 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 1.971.805,00 |
| 304 | Vigilância Sanitária | 439.650,00 |
| 305 | Vigilância Epidemiológica | 1.093.250,00 |
| 306 | Alimentação e Nutrição | 1.833.500,00 |
| 361 | Ensino Fundamental | 21.420.308,39 |
| 365 | Educação Infantil | 14.350.627,00 |
| 392 | Difusão Cultura | 947.100,00 |
| 451 | Infraestrutura Urbana | 920.000,00 |
| 452 | Serviços Urbanos | 8.753.455,00 |
| 482 | Habitação e Urbanismo | 10.000,00 |
| 542 | Controle Ambiental | 284.600,00 |
| 606 | Extensão Rural | 928.200,00 |
| 695 | Turismo | 3.171.000,00 |
| 791 | Transporte Aéreo | 10.000,00 |
| 782 | Transporte Rodoviário | 1.592.450,00 |
| 812 | Desporto Comunitário | 1.377.400,00 |
| 843 | Serviço da Dívida Interna | 3.837.000,00 |
| 846 | Outros Encargos Especiais | 3.650.300,00 |
| 997 | Reserva de Contingência - RPPS | 14.886.000,00 |
| 999 | Reserva de Contingência | 2.087.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **03 - Por Elemento** | | **144.987.435,28** |
| 3.1.90.01 | Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas | 5.146.000,00 |
| 3.1.90.03 | Pensões | 1.528.000,00 |
| 3.1.90.04 | Contratação Pro Tempo Determinado | 386.100,00 |
| 3.1.90.05 | Outros Serviços Previdenciários | 2.250.000,00 |
| 3.1.90.11 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 43.227.920,25 |
| 3.1.90.13 | Obrigações Patronais | 2.043.405,00 |
| 3.1.90.91 | Sentenças Judiciais | 25.000,00 |
| 3.1.90.96 | Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado | 1.535.000,00 |
| 3.1.91.13 | Obrigações Patronais – Intra-Orçamentária | 6.450.000,00 |
| 3.2.90.21 | Juros Sobre a Dívida por Contrato | 60.000,00 |
| 3.2.90.91 | Sentenças Judiciais | 2.650.000,00 |
| 3.3.20.01 | Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas | 720.000,00 |
| 3.3.20.03 | Pensões | 80.000,00 |
| 3.3.50.41 | Contribuições | 55.000,00 |
| 3.3.50.43 | Subvenção Sociais | 1.627.025,28 |
| 3.3.71.70 | Rateio Pela Participação em Consórcio Públicos | 1.114.176,95 |
| 3.3.90.14 | Diárias - Pessoa Civil | 457.650,00 |
| 3.3.90.18 | Auxílio Financeiro a Estudantes | 502.000,00 |
| 3.3.90.30 | Material de Consumo | 8.299.192,00 |
| 3.3.90.31 | Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas | 51.000,00 |
| 3.3.90.32 | Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita | 5.029.750,00 |
| 3.3.90.33 | Passagem e Despesa de Locomoção | 118.200,00 |
| 3.3.90.35 | Serviços de Consultoria | 150.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 3.3.90.36 | Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física | 1.902.983,19 |
| 3.3.90.39 | Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica | 29.060.811,72 |
| 3.3.90.47 | Obrigações Tributárias e Contributivas | 1.068.300,00 |
| 3.3.90.48 | Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física | 38.200,00 |
| 3.3.90.91 | Sentenças Judiciais | 5.000,00 |
| 3.3.90.92 | Despesa de Exercícios Anteriores | 14.720,89 |
| 3.3.91.97 | Aporte para Cobertura do Deficit Atuarial do RPPS | 3.905.000,00 |
| 4.4.90.39 | Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica | 120.000,00 |
| 4.4.90.51 | Obras e Instalações | 2.816.000,00 |
| 4.4.90.52 | Equipamentos e Material Permanente | 1.511.000,00 |
| 4.4.90.61 | Aquisição de Imóveis | 100.000,00 |
| 4.6.90.71 | Principal da Dívida Contratual Resgatada | 1.855.000,00 |
| 4.6.91.71 | Principal da Dívida Contratual Resgatada - Intra-Orçamentária | 2.112.000,00 |
| 9.9.99.99 | Reserva de Contingência | 16.973.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **04 - Por Categorias Econômicas** | | **144.987.435,28** |
| 3 | Despesa Corrente | 119.500.435,28 |
| 4 | Despesa de Capital | 8.514.000,00 |
| 9 | Reserva de Contigência | 16.973.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **05 - Por Órgão de Administração** | | **144.987.435,28** |
| | Administração Direta | 119.237.435,28 |
| | Poder Legislativo | |
| 1 | Câmara Municipal | 3.000.000,00 |
| | Poder Executivo | 116.237.435,28 |
| 2 | Gabinete do Prefeito e Dependências | 3.818.206,49 |
| 3 | Depto de Administração e Finanças | 4.803.420,89 |
| 4 | Depto de Obras e Serviços Públicos | 7.995.327,50 |
| 5 | Depto de Agricultura e Abastecimento | 971.200,00 |
| 6 | Depto de Educação | 37.604.435,39 |
| 7 | Depto de Cultura | 947.100,00 |
| 8 | Depto de Turismo | 3.171.000,00 |
| 9 | Depto de Esporte e Lazer | 1.377.400,00 |
| 10 | Depto de Saúde | 32.493.347,48 |
| 11 | Depto de Assistência Social | 4.388.548,28 |
| 12 | Depto de Segurança, Trânsito e Transporte | 1.264.829,00 |
| 13 | Depto de Assuntos Jurídicos | 527.470,00 |
| 14 | Encargos Gerais do Município | 11.395.300,00 |
| 15 | Depto de Meio Ambiente e Projetos Especiais | 4.499.550,00 |
| 16 | Depto de Planejamento | 409.800,00 |
| 17 | Depto de Indústria, Comércio e Serviços | 283.500,25 |
| 18 | Depto de Recursos Humanos | 164.500,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 19 | Depto de Urbanismo e Habitação | 172.500,00 |
| | | |
| | Administração Indireta | 25.750.000,00 |
| 1 | Inst. Munic. de Seguridade Social | 25.750.000,00 |

## Seção IV - Da Autorização para Abertura e Operações de Crédito

Art. 5º Fica o Poder Executivo, respeitadas as prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº. 4.320, 17 de março de 1964, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizado a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido na legislação vigente e aplicável à espécie;

II - realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação vigente;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 6% (seis por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - realizar, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa inicialmente fixada, transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro.

§ 1º Não onerarão o limite previsto no inciso III deste artigo, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes e precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

§ 2º A autorização, conforme previsto no inciso III deste artigo, aplica-se também ao Poder Legislativo, desde que os recursos para sua abertura sejam provenientes da anulação de suas próprias dotações.

## CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A utilização das dotações com origem de recursos de convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - utilizar os recursos vinculados à conta Reserva de Contingência, nas situações previstas no art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal; art. 8º, da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001; e art. 7º da Lei Municipal nº 2.949, de 13 de julho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016;

II - contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação e saneamento, respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente;

III - conceder auxílios e subvenções até o limite de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida estimada, consoantes disposições da Lei Municipal nº 2.949, de 13 de julho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, e da legislação pertinente.

Art. 8º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, SP, 29 de setembro de 2015.

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**
**Prefeito Municipal**

ETQ/DRVS/ammm
PL

# Presidência da República
## Casa Civil
## Subchefia para Assuntos Jurídicos

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Emendas Constitucionais | Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

## PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

### TÍTULO I
### Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto no § 11 do art. 166. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar menságem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 12. As programações orçamentárias previstas no § 9º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 13. Quando a transferência obrigatória da União, para a execução da programação prevista no §11 deste artigo, for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o **caput** do art. 169. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 14. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 11 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública enviarão ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 15. Após o prazo previsto no inciso IV do § 14, as programações orçamentárias previstas no § 11 não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 14. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 16. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 11 deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 17. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 11 deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 18. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e

# RESOLUÇÃO Nº 113, de 17 de JUNHO de 1991

## REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL

Atualizado até Resolução 85, de 22.11.2011
*(Artigos 189, inciso II, 193 e 202)*

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA, APROVOU E EU VEREADOR ÁLVARO GARMS NETO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NO EXERCÍCIO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE,

**R E S O L U Ç Ã O:**

**Art. 1º** - O Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista passa a vigorar na conformidade do texto anexo.

**Art. 2º** - Ficam mantidas, até o final da Sessão Legislativa em curso, com seus atuais membros:
I - A Mesa, eleita na forma da Lei Complementar nº 01/90 até o término do mandato nela previsto;
II - As Comissões Permanentes criadas e organizadas na forma do Ato nº 01/91, que terão competência em relação às matérias das Comissões que lhes sejam correspondentes ou com as quais tenham maior afinidade, conforme discriminação constante na Lei Orgânica Municipal e no texto regimental anexo;
III - As lideranças constituídas na forma das disposições regimentais anteriores.

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se a Resolução nº 78, suas alterações e demais disposições em contrário.

§ 4º - As assinaturas de apoio, quando constituírem quórum para apresentação, não poderão ser retiradas após a proposição ter sido encaminhada à Mesa ou protocolada na Secretaria Administrativa.

§ 5º - A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário..

## SEÇÃO IV
### Do Arquivamento e do desarquivamento

**Art. 188** - Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram créditos suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I - Com pareceres favoráveis de todas as Comissões;

II - Já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;

III - De iniciativa popular;

IV - De iniciativa do Prefeito.

**Parágrafo único** - A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor, dirigido ao Presidente dentro dos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

## SEÇÃO V
### Do regime da tramitação das Proposições

**Art. 189** - As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I - Urgência Especial;

II - Urgência;

III - Ordinária.

**Art. 190** - A Urgência Especial é a dispensa das exigências regimentais, salvo a de parecer e quórum legal para aprovação, para que até dois (2) projetos de autoria do Chefe do Executivo Municipal e um (1) projeto de autoria da Mesa Diretora, sejam imediatamente deliberados na pauta da Ordem do Dia de Sessão Ordinária, a fim de evitar grave prejuízo ou perda de oportunidade. *(redação inicial dada pela Resolução nº 51, de 23/03/2005, e posteriormente alterada pela Resolução nº 84, de 22/02/2011)*

**Art. 191** - Para a concessão deste regime de tramitação serão, obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições:

I - A concessão de Urgência Especial dependerá de apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado, com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:

a) Pela Mesa, em proposição de sua autoria;

b) Por 1/3 (um terço), no mínimo dos Vereadores;

II - O requerimento de Urgência Especial poderá ser apresentado em qualquer fase da sessão, mas somente será submetido ao Plenário durante o tempo destinado à Ordem do Dia;

III - O requerimento de Urgência Especial não sofrerá discussão, mas sua votação poderá ser encaminhada pelos líderes das bancadas partidárias, pelo prazo improrrogável de cinco minutos;

IV - Não poderá ser concedida Urgência Especial para qualquer projeto, com prejuízo de outra Urgência Especial já votada, salvo nos casos de segurança e calamidade pública;

V - O requerimento de Urgência Especial depende, para a sua aprovação de quórum da maioria absoluta dos Vereadores.

**Art. 192** - Concedida a Urgência Especial para projeto que não conte com pareceres, o Presidente designará Relator Especial, devendo a sessão ser suspensa pelo prazo de 30 (trinta) minutos, para a elaboração do parecer escrito ou oral.

**Parágrafo único** - A matéria, submetida ao regime de urgência especial, devidamente instruída com os pareceres das Comissões ou o parecer do Relator Especial, entrará imediatamente em discussão e votação, com preferência sobre todas as demais matérias da Ordem do Dia.

**Art. 193** - O regime de urgência implica redução dos prazos regimentais e se aplica somente aos Projetos de autoria do Executivo submetidos ao prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para apreciação.

§ 1º - Os projetos submetidos ao Regime de urgência serão enviados às Comissões Permanentes pelo Presidente, dentro do prazo de 3 (três) dias da entrada na Secretaria da Câmara, independentemente da leitura no Expediente da Sessão.

§ 2º - O Presidente da Comissão Permanente terá prazo de vinte e quatro horas para designar relator, a contar da data do seu recebimento.

§ 3º - O relator designado terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar parecer, findo o qual sem que o mesmo tenha sido apresentado, o Presidente da Comissão Permanente avocará o processo e emitirá parecer.

§ 4º - A Comissão Permanente terá o prazo total de 6 (seis) dias para exarar seu parecer, a contar do recebimento da matéria.

§ 5º - Findo o prazo para a Comissão competente emitir o seu parecer, o processo será enviado a outra Comissão Permanente ou *incluído na Ordem* do Dia, sem o parecer da Comissão faltosa.

**Art. 194** - A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam submetidas ao Regime de Urgência Especial ou ao regime de Urgência.

## CAPÍTULO II
## Dos Projetos
### Seção I
### Disposições Preliminares

**Art. 195** - A Câmara Municipal exerce a sua função legislativa por meio de:

I - Proposta de Emenda à Lei Orgânica;

II - Projetos de Lei;

III - Projetos de Decreto Legislativo;

IV - Projeto de Resolução.

**Parágrafo único** - São requisitos para apresentação dos projetos:

a) Ementa de seu conteúdo;

b) Enunciação exclusivamente da vontade legislativa;

c) Divisão em artigos numerados, claros e concisos;

d) Menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso;

e) Assinatura do autor;

f) Justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentem a adoção da medida proposta;

g) Observância, no que couber, ao disposto no art. 185 deste Regimento.

### SEÇÃO II
### Da proposta de emenda à Lei Orgânica

**Art. 196** - Proposta de Emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a modificar, suprimir ou acrescentar dispositivo à Lei Orgânica do Município.

**Art. 197** - A Câmara apreciará proposta de emenda à Lei Orgânica, desde que:

I - Apresentada pela maioria absoluta dos membros da Câmara, pelo Prefeito ou por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado;

II - Desde que não esteja sob intervenção estadual, estado de sítio ou de defesa;

**Art. 198** - A proposta de emenda à Lei Orgânica será submetida a dois turnos de votação, com *interstício mínimo* de 10 (dez) dias e será aprovada pelo quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

**Art. 199** - Aplicam-se à proposta de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuído nesta seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos Projetos de Leis.

### SEÇÃO III
### Dos Projetos de Lei

**Art. 200** - Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda a matéria de competência da Câmara e sujeita a sanção do Prefeito.

**Parágrafo único** - A iniciativa dos Projetos de Lei será:

I - Do Vereador;

II - Da Mesa;

III - Das Comissões Permanentes;

IV - Do Prefeito;

V - De, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado.

**Art. 201** - É da competência privativa do Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre:

I - A criação, estruturação e atribuições das Secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

II - A criação de cargos, empregos e funções na Administração pública direta e autárquica bem como a fixação e aumento de sua remuneração;

III - Regime Jurídico dos servidores municipais; *(art. 61 parágrafo 1º da Constituição Federal)*

IV - O Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como a abertura de créditos suplementares e especiais. *(art. 165 e 167, V da C. F.)*

**§ 1º** - Nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvadas as leis orçamentárias.

**§ 2º** - As emendas ao Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias não serão aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual *(art. 166, parágrafo 4º CF)*.

**Art. 202** - Mediante solicitação expressa do Prefeito, a Câmara deverá apreciar o Projeto de Lei respectivo dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento na Secretaria Administrativa.

**§ 1º** - Esgotado sem deliberação, o prazo previsto de 45 (quarenta e cinco) dias, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação, quanto aos demais assuntos, ate que se ultime a votação *(art. 64, parágrafo 2º da Constituição Federal)*.

**§ 2º** - Os prazos previstos neste artigo aplicam-se também aos projetos de lei para os quais se exija aprovação por quórum qualificado.

**§ 3º** - Os prazos previstos neste artigo não correm no período de recesso e nem se aplicam aos projetos de códigos.

**§ 4º** - Observadas as disposições regimentais, a Câmara poderá apreciar, em qualquer tempo, os projetos para os quais o Prefeito não tenha solicitado prazo de apreciação.

**Art. 203** - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões Permanentes a que for distribuído, será tido como rejeitado.

**Parágrafo único** - Quando somente uma Comissão Permanente tiver competência regimental para apreciação do mérito de um projeto seu parecer não acarretará a rejeição da propositura, que deverá ser submetida ao Plenário.

**Art. 204** - A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara *(art. 67, Constituição Federal)*.

**Art. 205** - Os Projetos de Lei submetidos a prazo de apreciação, deverão constar, obrigatoriamente, da Ordem do Dia, independentemente de parecer das Comissões, antes do término do prazo.

**Art. 206** - São de iniciativa popular os Projetos de Lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros através da manifestação, de pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado, atendidas as disposições do Capítulo I do Título VIII deste Regimento.

## SEÇÃO IV
## Dos Projetos de Decreto Legislativo

**Art. 207** - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara, que excede os limites de sua economia interna, não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

**§ 1º** - Constitui matéria de Decreto Legislativo:

a) a fixação da Remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito ;

b) suprimido

c) a concessão de licença ao Prefeito;

d) a cassação do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereador;

e) a concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município.

**§ 2º** - Será de exclusiva competência da Mesa a apresentação dos Projetos de Decreto Legislativo a que se referem as alíneas "c" e "d" do parágrafo anterior, competindo nos demais casos, à Mesa, às Comissões ou aos Vereadores.

## SEÇÃO V
## Dos Projetos de Resolução